

# Ultimato do MP sobre retorno das aulas presenciais é absurdo

A ação do Ministério Público Federal que exige o retorno das aulas presenciais nas instituições federais de ensino a partir de 18 de outubro é um absurdo completo. Imbuída de “boas intenções”, o texto discorre sobre os efeitos prejudiciais da manutenção do ensino remoto e os impactos socioeconômicos da pandemia, para concluir com um ultimato descolado da realidade, transferindo para as instituições de ensino e seus trabalhadores as responsabilidades que o governo federal não assume.

Podemos afirmar categoricamente que todos os trabalhadores da educação desejam o retorno seguro do funcionamento normal de escolas, institu-

tos e universidades. No entanto, impor este processo de forma açodada, autoritária e irresponsável, em um país que já ultrapassou a marca de meio milhão de vítimas fatais da pandemia e que ainda não alcançou a marca de 20% da população vacinada com as duas doses é uma condenação à morte para trabalhadores, estudantes e familiares.

Não aceitaremos decisões que desconsideram qualquer diretriz de biossegurança, plano de contingência e sem ampla discussão e apresentação de estudos sobre o retorno gradual. O Sintufrj utilizará de todos os recursos disponíveis, mobilizando a categoria e o seu departamento.